

**PLANO ESTRATÉGICO DO  
TRIBUNAL DE CONTAS DE  
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE  
2013 - 2015**

**Índice**

**Página**

PREFÁCIO.....	3
LISTA DAS SIGLAS E ABREVIATURAS .....	5
I- RESUMO EXECUTIVO .....	6
II- VISÃO, MISSÃO, VALORES .....	8
III- FINS E OBJECTIVOS.....	9
IV- MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO.....	18
V- FACTORES CHAVES DE SUCESSO .....	27
VI- PLANO OPERACIONAL 2013-2015 .....	28
ANEXO 1- RESULTADO DA ANÁLISE DAS RELAÇÕES COM OS PARCEIROS EXTERNOS.....	39
ANEXO 3 – HISTÓRICO E PERFIL DA ISC.....	44

## PREFÁCIO

Em São Tomé e Príncipe, à semelhança do percurso feito pela grande maioria dos Estados modernos, a questão da boa governação, nomeadamente a utilização otimizada dos recursos públicos, tornou-se hoje uma procura social e política inevitável. Necessário se torna, por conseguinte, que os gestores públicos assumam as suas responsabilidades, prestando contas da sua atividade.

Tal procura social não será jamais satisfeita fora de um contexto onde o controlo externo da utilização dos fundos públicos, para além de ser obrigatório, se afirma como mecanismo de certificação da acção governativa confiada aos governantes pelos cidadãos eleitores. É com base nesta visão que a definição da missão das instituições superiores de controlo ganha particular relevância.

Porém, a realização da missão do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe, enquanto instituição superior de controlo, confronta-se com limitações de várias ordens, fundamentalmente no âmbito da capacidade técnica, à saber:

- As relacionadas com a limitação quantitativa, por vezes, e qualitativa de recursos humanos;
- As relacionadas com falta de ferramentas de natureza metodológica e afins;
- As relacionadas com a ausência de meios tecnológicos e outros de natureza material.

Assim, o presente documento, produzido com o patrocínio da Iniciativa para o Desenvolvimento da INTOSAI (IDI), congrega os contributos recolhidos no âmbito de um processo de planeamento estratégico e representa a súmula de uma extensa consulta realizada junto de funcionários, auditores, dirigentes, parceiros e entidades da sociedade civil, pelo que a implementação das atividades estratégicas que dele constam, irão decerto, contribuir substancialmente para suprir as limitações acima identificadas.

Não restam dúvidas que a plena realização do importante papel reservado ao Tribunal de Contas, no âmbito do seu concurso para a consolidação da democracia e modernização do Estado, pressupõe a adopção de uma estratégia de aumento da sua

capacidade técnica e institucional, visando uma atuação que se pretende cada vez mais eficaz. É este o objectivo principal deste documento que, além de apontar caminho para a consecução de resultados, nada menos que um valioso contributo para a edificação dos eixos estratégicos, sobre os quais se fará atuação deste Órgão de controlo no período 2013-2015, nomeadamente:

- O reforço da independência, do auto-governo e da autoridade do Tribunal de Contas;
- A afirmação do Tribunal no seu papel de Órgão fundamental de moralização da administração financeira, isto é, de combate ao desperdício, de prevenção e repressão da fraude, bem como da garantia da legalidade, da regularidade, da eficiência e da eficácia das instituições públicas.

Portanto, com a convicção de que o diagnóstico que serviu de base para a formulação das propostas contidas neste documento, tenha sido feito com critérios de objetividade e com a exaustão necessária, a validação e a implementação das orientações nele adotadas, representarão, projecta-se assim, o arranque de uma importante etapa na vida da Instituição.

O Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe aproveita a ocasião para agradecer à Direcção executiva da IDI, bem como o seu corpo de instrutores, por terem proporcionado à instituição a oportunidade de participar no programa que conduziu à produção do presente documento.



**José António de Monte Cristo**

**Juiz-Conselheiro, Presidente**

## **LISTA DAS SIGLAS E ABREVIATURAS**

<b>BAD</b>	Banco Africano de Desenvolvimento
<b>CPLP</b>	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
<b>EBRC</b>	Avaliação das Necessidades Para o Reforço das Capacidades
<b>ESA</b>	Equipa de Seguimento e Avaliação
<b>IGF</b>	Inspeção Geral de Finanças
<b>ISC</b>	Instituição Superior de Controlo
<b>INTOSAI</b>	Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo
<b>OISC/CPLP</b>	Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas
<b>PO</b>	Plano Operacional
<b>PE</b>	Plano Estratégico
<b>TIC</b>	Tecnologia de Informação e de Controlo

## **I- RESUMO EXECUTIVO**

A elaboração do presente documento surge no âmbito do programa 2011-2012 do Conselho Regional de Formação das Instituições Superiores de Controlo das Finanças Públicas da África Francófona e Subsaariana (CREFIAP), do qual o Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe é membro, em colaboração com o IDI.

A Instituição foi objeto de uma avaliação das necessidades de reforço das suas capacidades institucional, organizacional e das competências profissionais do seu pessoal, conduzida por uma equipa, no período de Agosto à Novembro de 2011.

O Plano Estratégico (PE) foi concebido para um horizonte de 2013 a 2015 e congrega as diferenças detetadas, bem como o alcance previsto durante a avaliação das necessidades do Tribunal de Contas. De igual modo, constitui o documento orientador do desenvolvimento do sistema de controlo externo do país e visa reforçar a capacidade institucional, organizacional e as competências profissionais do seu quadro técnico.

O documento está organizado em três partes fundamentais a saber, o resumo executivo que descreve o contexto que está na base do presente documento, uma segunda parte que é consagrada a definição da visão, da missão e dos valores que determinam a orientação estratégica do Tribunal, assim como uma terceira parte, as metas e os objetivos para se atingir o alcance previsto, que descrevem a maneira como a Instituição entende concretizar a visão e completar a sua missão.

Os pilares sobre os quais repousa a missão e os objetivos são os sete valores aqui definidos como fundamentais, os que constituem a base estratégica do plano.

Para atingir os 5 fins estratégicos, que servem de linha diretiva para toda a organização do trabalho do Tribunal de Contas, foram identificados 16 prioridades. Elas focalizarão as atividades da Instituição durante os três próximos anos e o custo total estimado para a implementação do primeiro Plano estratégico do Tribunal de Contas é de **USD 115.250,00**.

A Comunidade internacional, as autoridades nacionais e os cidadãos esperam que o Tribunal contribua para garantir o bom uso dos fundos e dos bens públicos. Para isso, os objetivos definidos serão essenciais para a promoção da prestação de contas, da transparência, da boa governação e para a contribuição efetiva no combate para à redução da fraude e na luta contra a corrupção.

O PE será introduzido progressivamente e implementado com base num plano operacional mais detalhado, tendo em conta os limites dos recursos financeiros que poderão ser alocados. O PE visa estabelecer uma orientação geral e traçar a via pela qual a Instituição deve seguir nos próximos três anos.

O meio ambiente no qual opera a instituição é dinâmico e em constantes mutações. E este PE foi concebido para permitir a Instituição tomar medidas face as ameaças que se apresentarem e tirar proveito das oportunidades que se oferecerem, pelos seus fins e objetivos realistas.

Todas as mutações registadas no meio ambiente institucional deverão ser objeto de consulta junto dos parceiros internacionais, para efeitos de adaptação, só assim será garantida a sua implementação com êxito.

## **II- VISÃO, MISSÃO, VALORES**

### **Nossa Visão**

Ser uma Instituição de referência no controlo da gestão do património público e na promoção da boa governação.

### **Nossa Missão**

O Tribunal de Contas é um órgão supremo e independente de controlo da legalidade das receitas e despesas públicas e julgamento das contas que a Lei mandar submeter-lhe.

### **Nossos Valores**

- Independência
- Transparência
- Rigor
- Profissionalismo

### **III- FINS E OBJECTIVOS**

O PE 2013-2015 para além de significar simplesmente, uma tentativa de harmonização dos fins estratégicos das diferentes ISC membro da INTOSAI, permitirá uma melhor elucidação das competências do TC e promoção do profissionalismo do quadro técnico, contribuindo neste sentido para o fortalecimento da imagem da Instituição.

Para a implementação do plano estratégico foram identificados 5 fins estratégicos que definem os desafios a enfrentar nos próximos três anos, a saber:

- 1. Reforçar a independência da Instituição;**
- 2. Melhorar a qualidade dos relatórios orientados para as áreas de competências da Instituição;**
- 3. Dispor de um efetivo competente, motivado e estável;**
- 4. Dispor de um sistema de organização interna, moderno e eficaz;**
- 5. Divulgar o papel do Tribunal de Contas e fortalecer a imagem da Instituição.**

Para o cumprimento dos fins referidos, foram definidos os seguintes objetivos e os projetos:

### **FIM ESTRATÉGICO 1-REFORÇAR A INDEPENDÊNCIA DA INSTITUIÇÃO**

#### **Objetivo 1.1**

Revisão das leis que regem a ISC (Lei 3/99, 4/99,5/99, 6/99, 7/99 e 8/99)

#### Projeto

1.1.1-Sensibilizar os parceiros e constituir uma comissão para a revisão das leis.

#### Indicadores de medida de performance

1. Leis revistas aprovadas e publicadas

## **FIM ESTRATÉGICO 2- MELHORAR A QUALIDADE DOS RELATÓRIOS ORIENTADOS PARA AS ÁREAS DE COMPETÊNCIA DA INSTITUIÇÃO**

### **Objetivo 2.1**

Elaborar e implementar manuais e guias para todos os serviços de apoio do TC.

### Projeto

2.1.1 - Conceber e aprovar manuais e guias, por áreas específicas no âmbito dos serviços de apoio;

2.1.2 - Formar o pessoal para utilização dos manuais;

2.1.3 - Seguir a aplicação dos manuais.

### Indicadores de medida de performance

1.Manuais e guias elaborados e aprovados por áreas específicas de atuação do Tribunal de Contas

### **Objetivo 2.2**

Conceber e implementar mecanismos de controlo de qualidade dos relatórios.

### Projeto

2.2.1- Formar quadros sobre a produção de relatórios em matéria de qualidade.

### Indicadores de medida de performance

1. Número de relatórios produzidos com qualidade de acordo com as normas internacionais.

**Objetivo 2.3-**

Realizar auditorias com utilização das TIC.

Projeto

2.3.1 - Identificar os instrumentos modernos de auditoria em português;

2.3.2 -Encetar diligências com os parceiros externos para o financiamento de *softwares* de auditoria;

2.3.3 -Formar e seguir o pessoal para a utilização dos *softwares* de auditoria

Indicadores de medida de performance

1. *Software* de auditoria adquirido;
2. Número de auditorias realizadas com apoio das TIC.

**Objetivo 2.4**

Conceber um sistema eficaz para a gestão de conhecimentos.

Projeto

2.4.1 -Promover a troca de conhecimento entre os quadros do TC, mediante temas previamente identificados;

2.4.2- Criar e implementar uma política de especialização de quadros nas diversas áreas de intervenção do TC;

2.4.3-Incentivar a realização de trabalhos científicos relacionados com atividades Desenvolvidas pelo TC;

2.4.4- Promover a publicação de temas e trabalhos científicos realizados pelo TC.

Indicadores de medida de performance

1. Número de trabalhos científicos publicados;
2. Número de sessões realizadas para intercâmbio de conhecimento entre os quadros da Instituição.

## **FIM ESTRATÉGICO 3-DISPOR DE UM EFETIVO COMPETENTE, MOTIVADO E ESTÁVEL**

### **Objetivo 3.1**

Conceber e implementar mecanismos transparentes de motivação e de recompensa do pessoal.

#### Projeto

3.1.1-Identificar critérios de avaliação contínua de funcionários;

3.1.2- Identificar (atribuir diplomas de mérito, e outros) aos funcionários mais destacados, por serviço;

#### Indicadores de medida de performance

1. Mecanismos de avaliação e de recompensa concebidos e implementados;
2. Novo quadro salarial adaptado e implementado.

### **Objetivo 3.2**

Criar e implementar atividades sociais.

#### Projeto

3.2.1- Incentivar a prática de atividades recreativas, culturais e sociais entre os funcionários.

#### Indicadores de medida de performance

1. Número de atividades sociais realizadas no período.
- 2- Percentagem do nível de satisfação do pessoal

## **FIM ESTRATÉGICO 4 DISPOR DE UM SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO INTERNA, MODERNO E EFICÁZ**

### **Objetivo 4.1**

Desenvolver habilidades para a planificação estratégica e operacional.

#### Projeto

- 4.1.1. - Seguir a aplicação do Plano Estratégico, do Plano Operacional e proceder a avaliação de resultados;
- 4.1.2- Conceber, aprovar o segundo Plano Estratégico e o Plano Operacional;

#### Indicadores de medida de performance

- 1. -Relatório de avaliação elaborado, permitindo identificar os pontos de ajuste para a elaboração do segundo PE;.
- 2. PE e PO elaborado e aprovado.

### **Objetivo 4.2**

Aperfeiçoar os mecanismos internos de comunicação

#### Projeto

- 4.2.1- Melhorar, aprovar e intensificar o uso de intranet para comunicação interna;
- 4.2.2 - Formar, seguir o pessoal para a utilização do programa intranet para comunicação interna;
- 4.2.3-Reforçar o mecanismo de divulgação interna de informações.

#### Indicadores de medida de performance

- 1-Sistema de comunicação interna eficaz.

**Objetivo 4.3**

Melhorar a competência do pessoal administrativo

Projeto

4.3.1 - Formar o pessoal no domínio da contabilidade e gestão financeira;

4.3.2 - Formar o pessoal para aplicação das legislações correspondentes;

Indicadores de medida de performance

1. Qualidade das informações e relatórios produzidos no sector;
2. Melhoria no cumprimento do prazo de execução;

**Objetivo 4.4**

Desenvolver e implementar um sistema de gestão do património e de arquivo.

Projeto

4.4.1- Compilar todas as decisões e jurisprudência e constituir o arquivo;

4.4.2-Instalação da biblioteca;

4.4.3-Constituir arquivos.

Indicadores de medida de performance

1-Instalação de uma biblioteca funcional.

**Objetivo 4.5**

Melhorar o sistema de gestão processual

Projeto

4.5.1 - Adquirir *software* e equipamentos informáticos para garantir a melhor gestão dos Processos.

Indicadores de medida de performance

1. Melhoria do sistema de gestão processual.

**FIM ESTRATÉGICO 5 DIVULGAR O PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS E FORTALECER A IMAGEM DA INSTITUIÇÃO**

**Objetivo 5.1-**

Implementar a prática de auditorias de seguimento

Projeto

5.1.1- Formar o pessoal;

5.1.2- Elaborar e difundir as instruções.

Indicadores de medida de performance

1. Percentagem de implementação das recomendações deixadas pelo TC nas auditorias anteriores.

**Objetivo 5.2**

Elaborar e divulgar instruções, regras de procedimento e Acórdãos.

Projeto

5.2.1 Elaborar instruções e regras de procedimento;

5.2.2-Realizar seminários para os dirigentes da Administração do Estado;

5.2.3- Publicar no Diário da República as instruções e decisões de grande relevância, proferidas pelo TC.

Indicadores de medida de performance

1. Número de instruções, acórdãos e regras de procedimento elaboradas e publicadas;
2. Número de seminários realizados.

**Objetivo 5.3**

Intensificar ações no domínio da fiscalização concomitante

Projeto

5.3.1- Formar o pessoal em matéria de fiscalização concomitante;

Indicadores de medida de performance

1. Número de ações implementadas no domínio da fiscalização concomitante.

**Objetivo 5.4**

Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação com os parceiros externos

Projeto

5.4.1- Atualizar e manter a funcionalidade do Web site do TC para a divulgação de informação;

5.4.2- Formar um técnico informático nesta área;

5.4.3-Relançar a multiplicação dos boletins informativos do TC;

5.4.4-Publicar anualmente o resultado das auditorias relativamente as infrações financeiras destacando os montantes das reintegrações financeiras;

5.4.5-Efectuar intercâmbio permanente com instituições congéneres, por via de participação em seminário, sessões de formações e missões conjuntas -

Indicadores de medida de performance

1. Aumento do nível na partilha de experiencia entre Tribunal de Contas e a IGF;
2. Número de boletins de informação produzidos sobre a Instituição e o seu funcionamento;
3. Web *site* funcional.

IV- MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO

N.º	Fins	Objetivos	Projeto	Medidas de avaliação da performance	Ano de realização	Fonte de financiamento	Responsável	Risco
1	<b>Reforçar a independência da Instituição</b>	1.1. Revisão das leis que regem a ISC (Lei 3/99, 4/99, 5/99, 6/99, 7/99 e 8/99).	1.1.1- Constituir uma comissão para a revisão das leis.	1.1.1.Leis revisadas e aprovadas e publicadas	2013	Fundos internos	1.1.1.-Presidente	1.1.1- Falta de interesse por parte dos parceiros.

N.º	Fins	Objetivos	Projeto	Medidas de avaliação da performance	Ano de reatualização	Fonte de financiamento	Responsável	Risco
2	<b>Melhorar a qualidade dos relatórios orientados para as áreas de competências da Instituição.</b>	2.1- Elaborar e implementar manuais e guias para todos os serviços de apoio.	2.1.1 - Elaborar e aprovar os manuais e guias por áreas específicas no âmbito dos serviços de apoio.  2.1.2 - Formar pessoal para utilização dos manuais e divulgação dos manuais concebidos.  2.1.3 - Seguimento de aplicação dos manuais.	2.1.1. Manuais e guias elaborados e aprovados por áreas específicas de atuação do Tribunal de Contas	2013	2.1-Fontes de financiamento externos/Fundos Internos	2.1.1 Plenária/ Presidente/Chefes de Repartição  2.1.2- Secretária  2.1.3- Secretária/ Chefes de Repartição	2.1.1 Falta de financiamento Consultor não disponível  2.1- Falta de engajamento das Chefes de Repartição

N.º	Fins	Objetivos	Projeto	Medidas de avaliação da performance	Ano de realização	Fonte de financiamento	Responsável	Risco
2	<b>Melhorar a qualidade dos relatórios orientados para as áreas de competências da Instituição.</b>	2.2. Conceber e implementar mecanismos de controlo de qualidade dos relatórios.	2.2.1 – Formar quadros sobre a produção de relatórios de qualidade.	2.2.1. Número de relatórios produzidos com qualidade de acordo com as normas internacionais.	2014	2.2.1.1-Fundos Externos/ Fundos externos	2.2.1-Presidente/ Secretária	2.2.1-Falta de financiamento
		2.3. Realizar auditorias com utilização das TIC.	2.3.1 – Identificar os instrumentos modernos de auditoria em português. 2.3.2 - Encetar diligências com os parceiros externos para o financiamento de softwares de auditoria. 2.3.3 – Formar e seguir o pessoal para a utilização dos softwares.	2.3.1 Número de auditorias realizadas com apoio das TIC 2.3.2.Software de auditoria adquirido.	2013 2014 2014	2.3-Fundos internos/ Fundos externos	2.3.1-Secretaria/ Engenheiro informático 2.3.2-Presidente 2.3.3-Engenheiro Informático	2.3.1-Descontinuidade dos Softwares em português 2.3.2- Insuficiência de financiamento disponível

N.º	Fins	Objetivos	Projeto	Medidas de avaliação da performance	Ano de realização	Fonte de financiamento	Responsável	Risco
2	<b>Melhorar a qualidade dos relatórios orientados para as áreas de competências da Instituição.</b>	2.4. Conceber um sistema eficaz para a gestão de reconhecimento.	2.4.1 – Fomentar a troca de conhecimento entre os quadros do T. C. mediante temas previamente identificados. 2.4.2 – Criar e implementar uma política de especialização de quadros nas diversas áreas de intervenção do TC. 2.4.3-Incentivar a realização de trabalhos científicos relacionados com atividades desenvolvidas pelo TC. 2.4.4-Promover a publicação de temas e trabalhos e resultados científicos realizados pelo TC.	2.4.1 Número de trabalhos científicos publicados 2.4.2 Número de sessões realizadas para intercâmbio de conhecimento entre os quadros da instituição.	2013 2013 2013 2014	2.4.1- Fundos próprios	2.4.1-Secretaria 2.4.2-Plenário/Secretaria 2.4.3-Presidente 2.4.4-Plenária/Secretaria	2.4-Indisponibilidade dos técnicos

N.º	Fins	Objetivos	Projeto	Medidas de avaliação da performance	Ano de realização	Fonte de financiamento	Responsável	Risco
3	<b>Dispor de um efetivo competente, motivado e estável.</b>	3.1. Conceber e implementar mecanismos de motivação e de recompensa do pessoal	3.1.1- Identificar critérios de avaliação contínua de funcionários. 3.1.2- Identificar e premiar (atribuir diplomas de mérito, e outros) os funcionários mais destacados, por serviço.	3.1.1. Mecanismos de avaliação e de recompensa concebidos e implementados. 3.1.2- Novo quadro salarial Adaptado e implementado	2013 2013	3.1.1- Fundos internos.	3.1.1- Secretária/ Chefes de Reparti- ção 3.1.2- Secretária/ Plenário	3.1.1- Falta de colaboração das Chefes de Repartição
		3.2. Criar e implementar atividades sociais.	3.2.1- Incentivar a prática de atividades recreativas, culturais e sociais entre os funcionários. 3.2.2- Percentagem do nível de satisfação do pessoal.	3.2.1. Número de atividades sociais realizadas no período. 3.2.2- Percentagem do nível de satisfação do pessoal.	2013	3.2.1- Fundos internos	3.2.1- Plenário / Presidente/ Chefes de Repartições	3.2.1- Insuficiência de fundos

N.º	Fins	Objetivos	Projeto	Medidas de avaliação da performance	Ano de realização	Fonte de financiamento	Responsável	Risco
4	Dispor de um sistema de organização interna, moderno e eficaz	4.1.Desenvolver habilidades para planificação estratégica e operacional.	4.1.1-Seguir a implementação do PE e do PO e proceder a avaliação dos resultados. 4.1.2-Elaborar e adotar o segundo Plano Estratégico e o Plano Operacional.	4.1.1 PE elaborado e implementado 4.1.2PO elaborado para o período.	2013-2015  2015	4.1-Fundos internos 4.1.2-Fundos internos/ Fundos externos	4.1.1-EPE/ Plenário/ Chefes de Repartição 4.1.2-EPE/ Plenário	4.1.1- Escassez de formação para a sua aplicação / Pouca divulgação 4.1.2- Indisponibilidade da EPE
		4.2. Aperfeiçoar mecanismos internos de comunicação.	4.2.1- Melhorar, aprovar e intensificar o uso de intranet para comunicação interna. 4.2.2 - Formar, Seguir o pessoal para a utilização do programa intranet para comunicação interna. 4.2.3-Reforçar o mecanismo de divulgação interna de informações.	4.2.1.1 Sistema de comunicação interna eficaz	2013  2014  2014	4.2.2- Fundos internos/ Fundos externos	4.2-Técnicos informáticos/ Chefes de Repartição/ Secretaria	4.2.1-Falta de engajamento dos utilizadores 4.2.2Falta de acompanhamento dos técnicos informáticos

N.º	Fins	Objetivos	Projeto	Medidas de avaliação da performance	Ano de realização	Fonte de financiamento	Responsável	Risco
4	Disponer de um sistema de organização interna, moderno e eficaz	4.3. Melhorar a competência do pessoal administrativo.	4.3.1 – Formar o pessoal no domínio de gestão financeira e contabilidade. 4.3.2 – Formar o pessoal para a implementação da legislação e seguimento dos procedimentos adquiridos.	4.3.1 Qualidade das informações e relações produzidos no sector 4.3.2 Melhoria no cumprimento do prazo de execução	2013 2014	4.3-Fundos internos	4.3-Secretaria/Chefe da R.A	4.3-Mobildade pessoal
		4.4. Desenvolver e implementar um sistema de gestão do património e de arquivo.	4.4.1 – Compilar todas as decisões e jurisprudência e constituir o arquivo. 4.4.2 – Instalar uma biblioteca 4.4.3– constituir arquivo	4.4.1– Instalação de uma biblioteca fundononal.	2014 2014 2015	4.4-Fundos internosFundos externos	4.4-Secretária / Chefe da R.A / Técnicos informáticos	4.4-Escassez de material e equipamento informático
		4.5. Melhorar o sistema de gestão processual	4.5.1-Acquirir software e equipamentos informáticos para garantir a melhor gestão dos Processos.	4.5. Melhoria do sistema de gestão processual.	2015	4.5-Fundos internosFundos externos	4.5-Presidente	4.5-Falta de financiamento

N.º	Fins	Objetivos	Projeto	Medidas de avaliação da performance	Ano de realização	Fonte de financiamento	Responsável	Risco
5	Divulgar o papel do Tribunal de Contas e fortalecer a imagem da Instituição.	5.1. Implementar a prática de auditorias de seguimento	5.1.1- Formar o pessoal. 5.1.2- Elaborar e difundir as instruções	5.1.1- Percentagem de implementação das recomendações deixadas pelo TC nas auditorias anteriores	2015	5.1- Fundos internos/ Fundos externos	5.1- Presidente/ Plenário/Secretaria	5.1- Insuficiência de competência interna
		5.2. Elaborar e divulgar instruções, regras de procedimento e acórdãos.	5.2.1 Elaborar instruções, regras de procedimento 5.2.2- Realizar seminários para os dirigentes da Administração do Estado 5.2.3- Publicar no Diário da República as instruções e decisões de grande relevância, preferidas pelo TC	5.2.1. Instruções, acórdãos e regras de procedimento elaboradas e difundidas 5.2.2 Número de seminários realizados	2013-2015	5.1- Fundos próprios 5.2.2 Financiamento externo	5.2.1 Secretaria/ Plenário	5.2- Insuficiência de competência internas e insuficiência de meios

N.º	Fins	Objetivos	Projeto	Medidas de avaliação da performance	Ano de realização	Fonte de financiamento	Responsável	Risco
5	Divulgar o papel do Tribunal de Contas e fortalecer a imagem da Instituição.	5.3-Intencificar as ações no domínio da fiscalização concomitantes	5. 3.1 Formar o pessoal em matéria de fiscalização concomitante e implementar ações de auditoria no domínio da fiscalização concomitante.	5.3.1 Número de ações implementadas no domínio da fiscalização concomitante.	2014/ 2015	5.3-Fundos internos/ Fundos externos	5.3 - Secretaria / Chefes de Reparti- ção	5.3 Insuficiência de fundos próprios e escassez de financiamento externo
		5.4- Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação com os parceiros externos (IGF, médias, a sociedade civil e outros).	5.4.1-Atualizar e Manter a funcionalidade da página Web do TC, para a divulgação de informação. 5.4.2- Formar um técnico informático nesta área. 5.3.3 - Relançar os boletins informativos do TC. 5.4.4-Publicar anualmente o resultado das auditorias relativamente as infrações financeiras destacando os montantes das reintegrações financeiras. 5.4.5-Efectuar intercâmbio permanente com instituições congéneres, por via de participação em seminário, sessões de formações e missões conjuntas.	5.4.1 -Aumento do nível na par-tilha de experi-ência entre Tri-bunal de Contas e a IGF. 5.4.2- Número de boletins de informação pro-duzidos sobre a Instituição e o seu funciona-mento. 5.4.3 -Web site funcional	2013  2013  2015  2013- 2015	5.4-Meios próprios	5.4-Presidente/ Secretária  5.4.2 - Técnico in- formático/Secretá- ria	5.4.1 - Indisponibilidade das equipas téc- nicas  5.4.2-Insuficiência de formação do técnico informáti- co responsável  5.3.4-Insuficiência de meios

## **V- FACTORES CHAVES DE SUCESSO**

A análise da situação interna permitiu avaliar os pontos fortes e as oportunidades tomando em consideração os elementos mais relevantes que caracterizam o meio ambiente institucional para minimizar os pontos fracos e limitar os efeitos dos eventuais problemas e obstáculos externos. Assim, os pontos chaves de sucesso considerados, foram os seguintes:

### **Pontos fortes**

- Quadro jovem com licenciatura em diversas áreas, com predominância do sexo feminino;
- Pessoal interessado no profissionalismo e qualificação;
- Informatização dos serviços;
- Existência de uma rede informática interna;
- Autonomia administrativa e financeira;
- Consciência da necessidade de modernização.

### **Oportunidades**

- Membro da INTOSAI desde 2004;
- Abertura do Presidente da República em cooperar para melhorar o sector de justiça;
- Fortalecimento de cooperação direcionada com parceiros externos como o PNUD, corpo diplomático creditada no País, BAD;
- Cooperação institucional saudável com outros órgãos de soberania;
- Oferta permanente de formação em diversas áreas de especialidade do TC;
- Início de diálogo para alteração das leis que regulam o Tribunal de Contas
- Estabilidade política do País;
- Retomada do processo de elaboração da Conta Geral do Estado;
- Proximidade geográfica das instituições auditadas;
- Cooperação privilegiada com os demais membros da INTOSAI e da OISC CPLP.

VI- PLANO OPERACIONAL 2013-2015

PROJECTOS PREVISTOS PARA 2013

Fim Estratégico 1: Reforçar a independência da instituição						
Objetivo: 1.1. Revisão das leis que o funcionamento da instituição (L/ei399, 4/99, 5/99, 6/99, 7/99 e 8/99).						
Projeto	Risco	Indicadores de sucesso	Cronograma	Orçamento Em USD	Fonte de Financiamento	Responsabilidade
1.1- Constituir uma comissão para a revisão das leis	1.1.1 Falta de interesse dos parceiros	Início do diálogo para a alteração das leis que regem o funcionamento da Instituição.	Dezembro 2013		1.1.1-Recursos internos	1.1.1-Presidente

Fim Estratégico 2: Melhorar a qualidade dos relatórios em todos os domínios de competência da Instituição						
Objetivo 2.1. Elaborar e implementar manuais e guias para todos os serviços de apoio						
Projeto	Risco	Indicadores de sucesso	Cronograma	Orçamento Em USD	Fonte de Financiamento	Responsabilidade
2.1.1- Elaboração e aprovação dos manuais e guias para os domínios específicos dos serviços de apoio.	2.1.1 Falta de financiamento	2.1-Boas relações com as ISC da OISC CPLP e Membros da INTOSAI	2.1-Abril /30 junho 2013	2.1.1 53.500,00	2.1.Fondos Externos	2.1.1. Chefe da ISC / Secretária
2.1.1.1-Recrutar um consultor ;	Consultor não disponível	2.2- Existência d e uma célula de formação	2.1.1.1 Abril2013			2.1.1.2 Chefes de Repartição
2.1.1.2Testar os manuais e guias concebidos.			2.1.1.2 Maio 2013			
2.1.1.3 Validar e Aprovar os manuais e guias	2.1.3 Falta de engajamento dos Chefes de Repartição.		2.1.1.3 Maio 2013			2.1.1.3- Plenária
2.1.1.4 - Formar o pessoal para utilizar os manuais e difusão.			2.1.1.4- Junho 2013			
2.1.1.5 . Seguir e implementar manuais e guias.			2.1.1.4- Julho 2013	2.1.1.4- 1.100,00	2.1.1.4- Fundos externos	2.1.4-Celula de Formação
						2.1.1.5. Chefes de Repartição / EPE

## PLANO ESTRATÉGICO 2013- 2015

<b>Fim Estratégico 2: Melhor a qualidade dos relatórios em todos os domínios de competência da Instituição</b>						
<b>Objetivo: 2.2. Realização de auditorias com a ajuda das TIC</b>						
<b>Projeto</b>	<b>Risco</b>	<b>Indicadores de sucesso</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Orçamento Em USD</b>	<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Responsabilidade</b>
2.3.1-Identificar os programas modernos de auditoria em português	2.3.1 Descontinuidade dos programas em português.	2.3.1- utilização de programas modernos de auditoria em português pelas ISC da OISC CPLP	2.3.1-Janeiro 2013		2.3.1- Fondos internos	2.3.1 Secretária/ Engenheiro Informático

<b>Fim Estratégico 2: Melhorar a qualidade dos relatórios em todos os domínios de competência da Instituição</b>						
<b>Objetivo 2.3. Conceber um sistema eficaz de gestão de conhecimentos</b>						
<b>Projeto</b>	<b>Risco</b>	<b>Indicadores de sucesso</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Orçamento Em USD</b>	<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Responsabilidade</b>
2.4.1- Promover a troca de conhecimentos entre os quadros da Instituição através de temas previamente identificados.	2.4 Indisponibilidade dos técnicos	Forte motivação do pessoal	Fevereiro 2013		2.4.1. Fondos internos	2.4.1 Secretário
2.4.2 . Criar e implementar uma política de especialização dos quadros de diferentes domínios de intervenção da Instituição.		Forte tendência de especialização em diferentes domínios de trabalho da Instituição.	Junho 2013		2.4.2. Fondos internos	2.4.2. Plenária/ Secretário
2.4.3. Encorajar a elaboração de trabalhos científicos em diferentes domínios de intervenção da Instituição			Março 2013		2.4.3. Fondos internos	2.4.3 Presidente

## PLANO ESTRATÉGICO 2013- 2015

Fim Estratégico 3: Dispor de um efetivo competente, motivado e estável.						
Objetivo 3.1- Conceber e implementar mecanismos de motivação e de recompensa do pessoal						
Projeto	Risco	Indicadores de sucesso	Cronograma	Orçamento Em USD	Fonte de Financiamento	Responsabilidade
3.1.1- Identificar critérios para a avaliação contínua do pessoal	3.1.1 Falta de cooperação dos chefes de Repartição	Pessoal jovem e muito motivado	Janeiro 2013		3.1.1- Fondos internos	3.1.1. Secretário /Chefes de Repartição

Fim estratégico 4: Dispor de um sistema de organização interna, moderno e eficaz						
Objetivo 4.1- Melhorar os mecanismos de comunicação interna						
Projeto	Risco	Indicadores de sucesso	Cronograma	Orçamento Em USD	Fonte de Financiamento	Responsabilidade
4.2.1- Melhorar, reforçar e aprovar a utilização de intranet para a comunicação interna	4.2.1 Falta de engajamento dos utilizadores	Existência de um programa informático de comunicação interna	Janeiro 2013		4.2.1- Fundos internos	4.1. Técnicos informáticos /Chefes de Repartição/Secretaria
4.3.1 . Formar o pessoal no domínio de contabilidade e gestão financeira.	Mobilidade do pessoal	Existência de programa de contabilidade	Janeiro-Março 2013	400,00	Fundos internos	4.3 Secretária/ Chefe da Repartição Administrativa

<b>Total 2013</b>					<b>55.000,00</b>	
-------------------	--	--	--	--	------------------	--

## PLANO ESTRATÉGICO 2013- 2015

### PROJECTOS PREVISTOS PARA 2014

Fim Estratégico 2: Melhorar a qualidade de relatórios nas áreas de competência da Instituição						
Objetivo 2.1: Conceber e pôr em prática os mecanismos de controlo de qualidade dos relatórios.						
Projeto	Risco	Indicadores de sucesso	Cronograma	Orçamento Em USD	Fonte de Financiamento	Responsabilidade
2.2.1-Formar pessoal na área de produção de relatório de qualidade.	2.2.1. 1 - Falta de Financiamento	Pessoal interessado e motivado	Março 2014	25.000,00	2.2.1.1. Fundos externos/ fundos internos	2.2.1 Presidente/sec retária

Fim Estratégico 2: Melhorar a qualidade de relatórios nas áreas de competência da Instituição						
Objetivo 2.2: Realização das auditorias com ajuda das TIC						
Projeto	Risco	Indicadores de sucesso	Cronograma	Orçamento em USD	Fonte de Financiamento	Responsabilidade
2.3.2- Encetar esforços com os parceiros exteriores para o financiamento dos programas de auditoria	2.3.2 - Financiamento insuficiente	Existência de programa de auditoria em português a nível das ISC membro da OISC CPLP	Abril 2014	12.500,00	2.3. Fundos externos	2.3.2 Presidente
2.3.2.1 - Aquisição do programa			Junho 2014		2.3. Fundos externos	2.3.2 Presidente
2.3.3 . Formar e acompanhar o pessoal na utilização dos programas de auditoria		Pessoal capaz de utilizar as TIC	Julho 2014		2.3. Fundos internos	2.3.3 Engenheiro informático

Fim Estratégico 2: Melhorar a qualidade de relatórios nas áreas de competência da Instituição						
Objetivo 2.3: Conceber um sistema eficaz de gestão de conhecimentos						
Projeto	Risco	Indicadores de sucesso	Cronograma	Orçamento em USD	Fonte de Financiamento	Responsabilidade
2.4.4 Promover a publicação dos temas, dos trabalhos e dos resultados científicos elaborados pela ISC	2.4- Indisponibilidade e dos técnicos	Existência de competências no domínio	Novembro 2014	300,00	2.4.4. Fundos internos	2.4.4 Plenária/secretária

## PLANO ESTRATÉGICO 2013- 2015

Fim Estratégico 3: Dispor de um efetivo competente, motivado e estável						
Objetivo 3.1: Conceber e por em prática o mecanismo de motivação e de recompensa do pessoal						
Projeto	Risco	Indicadores de sucesso	Cronograma	Orçamento em USD	Fonte de Financiamento	Responsabilidade
3.1.2 - Identificar e recompensar, através de entrega dos diplomas de mérito e outros, os funcionários mais destacados pelo serviço	3.1.1 Falta de cooperação dos chefes das repartições	3.1.2 - Pessoal maioritariamente jovem e motivado	Dezembro 2014	250,00	Fundo Interno	3.1.2. Secretária/ Plenária

Fim estratégico 4: Dispor de um sistema de organização interna, moderna e eficaz						
Objetivo: 4.1- Melhorar os mecanismos de comunicação interna						
Projeto	Risco	Indicadores de sucesso	Cronograma	Orçamento em USD	Fonte de Financiamento	Responsabilidade
4.2.2 - Formar, Seguir o pessoal para a utilização do programa intranet para comunicação interna	4.2.1 Falta de interesse dos utilizadores	Existência de intranet	Janeiro 2014	0,00	4.2.2. Fundos externos/fundos internos	4.1. . Técnico Informático / Chefes de Repartição/ Secretária
4.2.3-Reforçar o mecanismo de difusão interna das informações	4.2.2. Falta de acompanhamento por parte dos técnicos informáticos		Janeiro 2014	0,00		

Fim estratégico 4: Dispor de um sistema de organização interna, moderna e eficaz						
Objetivo 4.2: Melhorar a competência do pessoal administrativo						
Projeto	Risco	Indicadores de sucesso	Cronograma	Orçamento em USD	Fonte de Financiamento	Responsabilidade
4.3.2 Formar e seguir o pessoal para aplicação das legislações correspondentes.	4.3.- Mobilidade do pessoal	4.3.2. Pessoal interessado e motivado	Fevereiro 2014	0,00	4.3 - Fundo interno	4.3 Secretaria Chefe de Repartição Administrativa

**PLANO ESTRATÉGICO 2013- 2015**

<b>Fim estratégico 4 :Disponer de um sistema de organização interna, moderna e eficaz</b>						
<b>Objetivo 4.3: Desenvolver e pôr em prática um sistema de gestão do património e de arquivo</b>						
<b>Projeto</b>	<b>Risco</b>	<b>Indicadores de sucesso</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Orçamento em USD</b>	<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Responsabilidade</b>
4.4.1 - Recolher e compilar todas as decisões	4.4 - Equipamentos e Materiais informáticos precários	4.1 . Existência das decisões proferidas e brochuras	Janeiro-Março 2014	200,00	4.4 - Fundo Interno /Fundo Externo	4.4 Secretaria/ Chefe da Repartição Administrativa / Técnico informático
4.4.2 - Constituir uma biblioteca				5.000,00		

<b>Fim estratégico 5: Divulgar o papel do Tribunal de Contas e reforçar a imagem da instituição</b>						
<b>Objetivo 5.1: Intensificar as ações nos domínios do controlo concomitante</b>						
<b>Projeto</b>	<b>Risco</b>	<b>Indicadores de sucesso</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Orçamento em USD</b>	<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Responsabilidade</b>
5.3.1 Formar pessoal na área do controlo concomitante e aplicação de ações concernentes	5.3. Fundos internos insuficientes e falta de financiamento exterior	5.3.1. - Pessoal interessado e motivado	Julho 2014	1.000,00	5.3 - Fundo Interno /Fundo Externo	5.2.1. Secretaria / Plenário

<b>Total 2014</b>	<b>44.250,00</b>
-------------------	------------------

# PLANO ESTRATÉGICO 2013- 2015

## PROJECTOS PREVISTOS PARA 2015

Fim Estratégico: Dispor de um sistema de organização interna, moderno e eficaz						
Objetivo: 4.1. Desenvolver competências para a Planificação Estratégica Planificação Operacional						
Projeto	Risco	Indicadores de sucesso	Cronograma	Orçamento Em USD	Fonte de Financiamento	Responsável
4.1.1. Seguir e por em prática o PE e o PO e proceder a avaliação dos resultados	4.1.1. Indisponibilidade dos membros do EPS	4.1.1. Existência de um PE e PO para o período.	Junho-Dezembro 2015		4.1.1. Fundo Interno	4.1.1. EPE/ Plenária
4.1.2. Elaborar, adotar o Segundo Plano Estratégico (PE) e o Plano Operacional (PO).	4.1.2. Insuficiência de formação em matéria de Planificação.	4.1.2. Existência de uma equipa já formada;	Junho-Dezembro 2015	3.000,00	4.1.2. Fundo próprio/Fundo externo.	4.1.2 EPE/ Chefe de Repartição e Equipa de Seguimento e Avaliação

Fim estratégico 4: Dispor de um sistema de organização interna, moderno e eficaz						
Objetivo: 4.4. Desenvolver e implementar um sistema de gestão de património e de arquivo						
Projeto	Risco	Indicadores de sucesso	Cronograma	Orçamento Em USD	Fonte de Financiamento	Responsável
4.4.3. Constituir os arquivos	4.4. Carência de equipamento e de material informático	4.1. Existência de processos jurisdicional	Junho 2015	1.000,00	4.4 Fundo interno /Fundos externos	4.4 Secretaria/ Chefe de Repartição/ Técnico informativo

## PLANO ESTRATÉGICO 2013- 2015

Fim Estratégico: Dispor de um sistema de organização interna, moderno e eficaz						
Objetivo: 4.5. Desenvolver competências para a planificação estratégica e para a Planificação Operacional						
Projeto	Risco	Indicador de sucesso	Cronograma	Orçamento Em USD	Fonte de Financiamento	Responsável
4.5.1. Adquirir programa e materiais informáticos para assegurar uma melhor gestão de processos.	4.5. Inexistência de financiamento	4.1- Existencia de intranet	Março 2015	4.000,00	4.5 Fundo interno/ Fundo externo	4.5 Presidente
4.5.2. Instalação do programa			Abril 2015			
4.5.3- Formação do pessoal e implementação do programa						

Fim Estratégico 5: Fazer conhecer as atividades do Tribunal de Contas e reforçar a imagem da Instituição						
Objetivo: 5.1. Por em prática as auditorias de seguimento (Follow-up)						
Projeto	Risco	Indicador de sucesso	Cronograma	Orçamento Em USD	Fonte de Financiamento	Responsável
5.1.1. Formar o pessoal	5.1. Inexistência de formador e falta de financiamento	5.1.1. Formação do pessoal em auditoria de seguimento (follow-up)	Março 2015	1.000,00	5.1. Fundo interno/ Fundo externo	5.1. Presidente/ Plenária/ Secretaria
5.1.2- Elaborar e divulgar as instruções			Junho 2015			

## PLANO ESTRATÉGICO 2013- 2015

Fim Estratégico: Divulgar as atividades do Tribunal de Contas e reforçar a imagem da Instituição						
Objetivo: 5.2. Preparar e divulgar as instruções, as regras de procedimento e os julgamentos						
Projeto	Risco	Indicadores de sucesso	Cronograma	Orçamento em USD	Fonte de Financiamento	Responsável
5.2.1 Elaborar as instruções, e regras de procedimento e de julgamento	5.2. Falta de competência interna e insuficiência de fundos	5.2.1. Existência de instrução de julgamento e regras de procedimento	Março 2015	1.000,00	5.2.1. Financiamento externo	5.2.1. Secretário/ Plenária
5.2.2. Publicar no jornal oficial as instruções e decisões de grande importância do Tribunal Contas.			Junho/ Setembro/ Dezembro 2015		5.1.2. Fundo interno	
5.2.3- Publicar no Diário da República as instruções e decisões de grande importância			Junho 2015	5.2.3- 1.000,00	5.2.3. Fundo interno	5.2.3-Presidente

Fim Estratégico: Fazer conhecer as atividades do Tribunal de Contas e reforçar a imagem da instituição						
Objetivo: 5.3. Intensificar as ações concernente ao domínio de controlo de seguimento						
Projeto	Risco	Indicadores de sucesso	Cronograma	Orçamento em USD	Fonte de Financiamento	Responsável
5.3.1. Formar o pessoal no domínio de verificação de seguimento e por em prática as ações concernentes	5.3. Inexistência de financiamento e falta de formador	5.3.1. Iniciação de verificação no domínio	Junho 2015	1.000,00	5.3. Fundo próprio/ financiamento externo	Presidente/Secretário

**PLANO ESTRATÉGICO 2013- 2015**

<b>Fim Estratégico: Fazer conhecer as atividades do TC e reforçar a imagem da instituição</b>						
<b>Objetivo: 5.4. Desenvolver e pôr em prática uma estratégia de comunicação com os parceiros externos (IGF, media, sociedade civil e outros</b>						
<b>Projeto</b>	<b>Risco</b>	<b>Indicadores de sucessos</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Orçamento em USD</b>	<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Responsável</b>
5.4.3. Relançar a multiplicação de boletins de informação da ISC;	5.4.3. Insuficiência de fundos	5.4.4. Difusão da imagem da Instituição	Março/Junho/ Setembro/Dezembro 2015	500,00	Fundos internos	5.4.3. Técnico em informática / Secretaria/Assistente de Imprensa
5.4.4- Publicar anualmente os resultados de auditoria nomeadamente as infrações financeiras;			Junho de cada ano			Presidente/ Secretário
5.4.5- Intercâmbio permanente com instituições similares, para participa em seminários e sessões de formação e missões conjuntas.			Uma vez por ano	3.000,00		
<b>Total 2015</b>				<b>16.000,00</b>		

# **ANEXOS**

## **ANEXO 1- RESULTADO DA ANÁLISE DAS RELAÇÕES COM OS PARCEIROS EXTERNOS**

De conformidade com os critérios previamente estabelecidos, a ISC deve estabelecer e manter relações eficazes de trabalho e de comunicação com os seus principais parceiros externos, com vista a garantir um maior impacto dos seus relatórios de auditoria e dos seus serviços.

A Equipa que procedeu a análise da avaliação das necessidades para o reforço das capacidades efetuou os inquéritos junto dos principais parceiros, num total de 10 e junto dos dirigentes do tribunal de Contas. Num total de 10 inquéritos enviados, somente 5 obtiveram resposta e a Equipa pode constatar que :

### **i. Situação real**

A ISC de São Tomé e Príncipe mantém relações com os parceiros intervenientes, de entre eles , o Presidente da Republica, Parlamento, o Governo, os Tribunais Judiciais, as Autarquias Locais, as Entidades auditadas, a média, o publico, as Associações profissionais, o Programa das Nações Unidas, I o IDI, o CREFIAF, as ISC membro da OISC CPLP e outras instituições do sector privado.

São desenvolvidas outras relações com as instituições e organizações nacionais e internacionais, nomeadamente, o Banco Mundial, o BAD, o PNUD e outras representações diplomáticas, com o objetivo de estabelecer uma cooperação mutua para permitir uma troca de experiências no domínio de métodos e procedimentos de controlo financeiro.

#### **6.1-Relações de seguimento com o Parlamento na base de transmissão de relatórios e audição.**

Neste contexto A luz do previsto no n.º 2 do artigo 4.º, da Lei n.º 8/99 Sobre a Prestação de Contas, a Instituição envia o relatório e o Parecer sobre a Conta geral do Estado ao Parlamento até 31 de Julho do ano seguinte aquele

a que a conta se reporta. Esta operação ainda não teve lugar, tendo em conta que há mais de muitos anos que as contas não são elaboradas.

Todavia, o Presidente da ISC é recebido pelo Presidente da Assembleia a seu pedido.

6.2- Mecanismo de seguimento das recomendações contidas nos relatórios.

Nos termos do artigo 8.º, Alíneas a) e b) do Regulamento Interno, as decisões, o relatório e o Parecer sobre a Conta Geral do Estado são publicadas no Diário da Republica. NA prática, a ISC remete ao Governo uma cópia dos relatórios de auditoria efetuados.

Par force de, O Relatório Anual de Atividades uma vez aprovado é publicado no Diário da Republica e enviado ao Presidente da Republica, ao Parlamento e ao Governo, nos termos do artigo 8.º do Regulamento Interno.

6.3-Mécanismo de comunicação com outros parceiros: media, sociedade civil, etc.

A ISC tem m mecanismo de comunicação baseado na publicação de relatórios, distribuição e venda de boletins de informação.

Nos termos do n. 2, do artigo 8.º do RI, todos os relatórios são publicados no Diário da Republica, no entanto, somente foram publicados os relatórios sobre o controlo a priori.

Para as suas comunicações com a sociedade civil, a Instituição utiliza as antenas da televisão nacional, a rádio e o Jornal oficial.

6.4- Relação com outros parceiros externos

A ISC tem relações estreitas com outras instituições congéneres tais como: as ISC da OISC CPLP: ISC de Angola, de Portugal, do Brasil e outras . A nível regional, ela tem relações com as ISC membro do CREFIAF. A nível da

INTOSAI, a ISC beneficia de programas de cooperação a nível do IDI e de outras organizações internacionais.

ii. **As diferenças**

- Inexistência de um mecanismo de seguimento das recomendações;
- Insuficiência na política de comunicação;
- Insuficiência na difusão dos resultados dos seus trabalhos.

iii. **Causas das eventuais diferenças**

- A ISC não procura assegurar uma mais-valia para os seus trabalhos.
- Insuficiência na difusão dos resultados dos seus trabalhos.
- Insuficiência na política de planificação.
- Priorização de missões de auditoria em detrimento de seguimento de recomendações anteriores.

**ANEXO 2- RESULTADO DA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS**

Independência e quadro jurídico	Recursos humanos (RH)	Metodologia e Normas de Auditoria (MNA)	Governança (GO)	Apoio Administrativo (AA)	Relações com os parceiros externos (RPE)	Resultado (RE)
<p>1.1 A nível nacional não existe meio de proteção dos auditores.</p> <p>1.2 Insuficiência das leis que regem o quadro jurídico da ISC;</p> <p>1.4 LdSC não tem autonomia, ela depende das dotações orçamentais do Estado</p> <p>1.5 Redução do campo de ação da ISC por via de publicação da Lei 8/2009.</p> <p>1.6-</p>	<p>2.1- AISC não dispõe de uma política suficientemente clara de retenção do seu pessoal que é maioritariamente jovem, em consequência o pessoal existente não é capaz de satisfazer as necessidades da ISC com a qualidade desejada.</p> <p>2.2 Ausência de um mecanismo de recompensa do pessoal baseado na promoção, estágios específicos e prémios de iniciativas capazes de reter o</p>	<p>3.1-LdSC não dispõe de manuais para todos os tipos de auditoria</p> <p>3.2 . A ISC utiliza o manual de procedimentos do TC de Portugal para efetuar os diferentes tipos de auditoria, mais o mesmo não é atualizado periodicamente e não é acessível aos auditores;</p> <p>3.3- Insuficiência de instrumentos de auditoria.</p>	<p>4.1- A ISC não dispõe de um plano estratégico e operacional</p> <p>4.2-As decisões da direção não são regularmente e postas ao conhecimento do pessoal Por via de editais, internet ou reuniões;</p> <p>4.3- A ISC não dispõe de um Código de ética;</p> <p>4.4- Ausência de procedimentos de controlo de qualidade do resultado dos</p>	<p>5.1-Pessoal administrativo insuficiente e pouco qualificado ;</p> <p>5.2- A ISC não possui um programa informatizado de contabilidade que permita fazer o seguimento do património e seguimento das operações administrativas;</p> <p>5.3-A ISC não dispõe de meios adequados de arquivo E de um serviço de documentação funcional.</p>	<p>6.1-A ISC não segue as recomendações registadas nos relatórios de auditorias ;</p> <p>6.2-Ausência de um mecanismo de seguimento das recomendações e de políticas de comunicação</p> <p>6.3- O dispositivo de comunicação com os parceiros externos tais como : Medias Sociedade civil através da publicação de relatórios, conferências</p>	<p>7.1- Os prazos de produção dos relatórios de auditoria ainda são longos Em relação aos fixados por lei.</p> <p>7.2- A ISC não produz um relatório de seguimento</p> <p>7.3- Os tipos de auditoria a efetuar pela ISC não estão claramente definidos nos</p>

## PLANO ESTRATÉGICO 2013- 2015

Capacidade de mobilização de fundos fragilizados	2.3 Insuficiência de atividades sociais e recreativas 2.4 Ausência de mecanismos transparentes de avaliação do pessoal e seguimento de impacto das formações		trabalhos;		de imprensa, distribuição de boletins informativos não é suficiente para garantir a difusão da imagem da instituição	textos jurídicos. 7.4- A ISC nunca foi auditada pelos seus pares
--	---	--	------------	--	--	---

## **ANEXO 3 – HISTÓRICO E PERFIL DA ISC**

Até 2003, a função de controlo externo do país foi formalmente ligada ao Supremo Tribunal de Justiça, conforme previsto na Lei n.º 8/91 de 9 de Dezembro.

Mais por razões que se prendem com a tecnicidade da jurisdição do controlo financeiro e a ausência de estruturas de suporte técnico e administrativo, para o efeito, o controlo jurisdicional das finanças foi considerado insuficiente.

Com a necessidade de por fim a estas dificuldades e de restituir a indispensável transparência as contas públicas e a utilização dos bens públicos, conforme exigência dos estados modernos e democráticos e os princípios universalmente aceites e exprimidos pela INTOSAI, foi institucionalizado o Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe, por via da Lei n.º 3/99.

A seguir, são apresentadas as atribuições, as entidades controladas, assim como as competências gerais do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe.

### **1.2. Atribuições**

As atribuições do Tribunal de Contas são, nomeadamente:

- Controlo da legalidade das receitas e despesas publicas;
- Julgamento das contas.

### **1.3. Entidades a controlar**

As entidades submetidas a jurisdição e ao controlo do Tribunal de Contas, segundo o n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 3/99 são nomeadamente:

- O Estado e todos os seus serviços;
- Os Serviços autónomos;
- A Administração regional e local;

- As Empresas públicas e todas as sociedades de capitais exclusivas ou maioritariamente públicos;
- Tesoureiros, outros.

### 1.4. Competências gerais

- a) Compete ao tribunal de Contas de maneira geral:
- b) Dar parecer sobre a conta geral do Estado;
- c) Fiscalizar sucessiva ou concomitantemente as entidades referidas no ponto anterior e julgar as respetivas contas;
- d) Fiscalizar previamente e de forma sistemática ou pontual, a legalidades e a cobertura orçamental dos atos e contratos que resultem receita ou despesa pública;
- e) Realizar auditoria às entidades submetidas a sua jurisdição, por sua própria iniciativa, por solicitação do Parlamento ou do Governo.

Para uma correta execução da sua atividade, o Tribunal de Contas tem também competências complementares.

O Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe é uma entidade de controlo suprema e independente, membro da INTOSAI desde 2004.

A nível regional é membro da AFROSAI e está inserida no Conselho Regional de Formação das Instituições Superiores de Controlo das Finanças Publicas da África Francófona Subsaariana (CREFIAF) parceiro privilegiado no domínio da formação do pessoal do Tribunal.

Tendo em conta a inserção do país numa zona lusófona, o Tribunal de Contas é membro da OISC CPLP que integra entre outros, o tribunal de Contas do Brasil, Angola, Portugal.